

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2017/024153

RECORRENTE: MARCIO LEAL SERAFIM

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DO ESTADO DA  
BAHIA- SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: R000330844

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.**

**ACÓRDÃO JARI Nº**

**EMENTA: Inobservância do recorrente quanto ao  
que determina o Art. 4º, incisos I e IV da Resolução  
299/08 CONTRAN. Recurso não conhecido.**

**Relatório**

Trata-se o presente, de Recurso interposto com fundamento no Art. 15 da Resolução 619/16 do CONTRAN, em oposição à lavratura de auto de infração acima identificado. Ocorre que o recorrente não observou o quanto determinado pelo Art. 4º, nos incisos I e IV, da Resolução 299/08 – CONTRAN, já que apresentou recurso fora do prazo, e ainda, sem formular pedido em suas razões recursais.

É o relatório.

**Voto**

Não se encontram superadas as questões de Ordem Processual, no que pertine ao quanto exigido pelo **inciso I e IV, art. 4º da Resolução 299/08 do CONTRAN (recurso apresentado fora do prazo e ausência de pedido). Vejamos:**

**Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:**

**I - for apresentado fora do prazo legal;**

**IV - não houver o pedido, ou este for incompatível com a situação fática;**

Percebe-se dos autos que o próprio Recorrente admite a irregularidade de entrega da correspondência em sua residência pelos CORREIOS, o que ratifica a frustração da tentativa de entrega da NAI pelo motivo “desconhecido”, e após a tentativa frustrada, a SEINFRA/SIT publicou no DOE (CI n.º 22.132), no dia 09/03/2017, bem como publicou a NIP, em 13/04/2017, conforme (CI n.º 22.157), o que ratifica a regularidade das notificações e o não conhecimento do recurso, pela intempestividade, bem como pela ausência de pedido.

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

Desta forma e por este motivo, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, **pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. R000330844, mantendo sua exigibilidade**, lavrado contra **MARCIO LEAL SERAFIM**.

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃO CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000330844**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acordão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 06 de agosto de 2019

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular- Relatora

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – Presidente

José Antônio Marques Ribeiro – Membro Titular

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI